



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 274151-3 (5ª Vara da Fazenda Pública da Capital)

Agravante: Aylson José Mendes Ferreira

Advogado(a): Fernanda Arantes Rodrigues PE30724

Agravado: Estado de Pernambuco

Procurador: Luís Antônio Gouveia Ferreira

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 274151-3 (5ª Vara da Fazenda Pública da Capital)

Agravante: Marinaldo Eloi de Paula e OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho PE017009D

Agravado: Estado de Pernambuco

Procurador: Luís Antônio Gouveia Ferreira

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. RECURSOS DE AGRAVO EM APELO. MILITAR. PROMOÇÃO. NECESSIDADE DE PREENCHIMENTO DE OUTROS REQUISITOS ALÉM DO TEMPO NA CORPORAÇÃO. NEGADO PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS DE AGRAVO.

1. Para que seja concedida a promoção, além da antiguidade, outros requisitos são considerados necessários à promoção, por exemplo, o nível de escolaridade dos candidatos e as condecorações recebidas em razão das atividades militares.

2. É de se ver, pois, que não merece reforma a decisão terminativa recorrida, porquanto à luz do art. 16, e incisos I, II, III, IV e V da Lei nº 12.344/03, não bastava aos autores o interstício mínimo de 20 anos para a obtenção da almejada promoção por antiguidade, mas também os outros requisitos.

3. O argumento de ausência de cursos regulares para esta finalidade não ter sido disponibilizado pela Administração Pública não gera o dever da promoção, porque também há outros elementos a serem preenchidos.

4. O acolhimento do pleito dos apelantes/agravantes não tem razão de ser, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia, porque estão requerendo promoção sem preencher requisitos a todos os militares impostos.

5. À unanimidade de votos, negou-se provimento aos presentes recursos.

ACÓRDÃO:

17

Vistos, relatados e discutidos estes **agravos em apelação** autuados às fls. 192/201 e fls. 206/210 dos autos nº 274151-3, em que figuram, como agravantes, **Aylson José Mendes Ferreira e OUTROS**, e como agravado, **Estado de Pernambuco**,



gib
of

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da egrégia Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em **conhecer e negar provimento** aos recursos de agravo, tudo em conformidade com os votos e notas taquigráficas em anexo, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de maio de 2014


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 274151-3 (5ª Vara da Fazenda Pública da Capital)

Agravante: Aylson José Mendes Ferreira

Advogado(a): Fernanda Arantes Rodrigues PE30724

Agravado: Estado de Pernambuco

Procurador: Luís Antônio Gouveia Ferreira

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Terceira Câmara de Direito Público

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 274151-3 (5ª Vara da Fazenda Pública da Capital)

Agravante: Marinaldo Eloi de Paula e OUTROS

Advogado(a): Elizabeth de Carvalho PE017009D

Agravado: Estado de Pernambuco

Procurador: Luís Antônio Gouveia Ferreira

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Trata-se de recursos de agravo tempestivamente interpostos autonomamente pelos respectivos patronos de **Aylson José Mendes Ferreira e Marinaldo Eloi de Paula e OUTROS** em face de **Estado de Pernambuco**, impugnando a decisão terminativa proferida por essa Relatoria, na qual foi negado provimento ao apelo interposto pelos ora agravantes.

Em prestígio ao princípio da celeridade e da economia processual, valho-me do relatório lançado na decisão em comento:

Trata-se de Apelação Cível interposta por Aylson José Mendes Ferreira e OUTROS, contra sentença da lavra do magistrado Edvaldo José Palmeira, proferida em sede da Ação Ordinária nº 0040904-65.2010.8.17.0001, ajuizada contra o Estado de Pernambuco.

O objetivo da presente demanda é a promoção automática de todos por antiguidade, para, no mínimo 3º Sargento PM/PE (fls. 03), sem a exigência de participação em curso ou estágio, sob o argumento de que não foi oferecido de forma periódica tal curso, com finalidade de promoção.

O juízo de primeiro grau julgou improcedente o pedido, sob o argumento de que o tempo de serviço não é o único critério a ser preenchido para que a promoção seja concedida (fls. 118 e 118v).

Irresignados, os particulares apresentaram Apelação Cível às fls. 120/145, defendendo que os autores possuem mais de vinte e cinco anos na corporação. Todavia, não tiveram a oportunidade de serem promovidos, porque a Administração não oferece cursos de forma regular, com o intuito de promoção por antiguidade. Defendem que



220

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

tal promoção seria direito subjetivo. Diante do exposto, requereram a promoção, mesmo não tendo concluído o curso previsto na Lei 12.344/2003.

Recurso recebido em ambos efeitos (fls. 146).

Contrarrazões apresentadas às fls. 150/157, defendendo que não há motivos para alteração da sentença e que o ato impugnado pelos apelantes está em estrita consonância com princípio da legalidade.

A Procuradoria-Geral de Justiça opinou pelo não provimento do apelo (fls. 171/173).

A decisão questionada (fls. 181/183) negou provimento, monocraticamente, à Apelação Cível, mantendo a sentença em todos os seus termos, sob o argumento de que para a promoção dos policiais militares teriam que ser preenchidos outros requisitos, além do critério de antiguidade.

Nos recursos de agravo ora interpostos, as partes reiteram os mesmos argumentos do recurso de apelo, alegando, em suma, que o Curso de Formação é apenas um dos requisitos para a obtenção da promoção e que após a sua conclusão é que se deve observar o art. 17 da LC 134/2008 e que merece ser promovido, porque preenche todos os requisitos legais.

Pugnam pela retratação da decisão vergastada e, caso assim não proceda esta Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara.

É o relatório, no essencial.

Passo a expor meu voto.

VOTO

Senhores Desembargadores. Senhor Procurador de Justiça.

Mantenho a mesma persuasão que norteou os fundamentos declinados na decisão ora recorrida.

Como relatado, a Ação Ordinária foi ajuizada pelos ora apelantes objetivando que lhes fossem assegurados os proventos correspondentes à graduação superior àquela correspondente. Defendem que não foi respeitado o direito à promoção por antiguidade, não obstante o implemento de mais de vinte e cinco anos de efetivo serviço na Corporação.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

Asseveraram os demandantes que fazem jus à promoção a um posto acima, com fulcro nos dispositivos legais insertos nas Leis nº 10.426/90 e 12.344/03.

Para melhor apreciação da presente lide, mister se faz que transcrevamos os dispositivos legais aplicáveis à sua resolução:

• LEI ESTADUAL Nº 12.344, DE 29 DE JANEIRO DE 2003 (Dispõe sobre a promoção de praças na Polícia Militar de Pernambuco, e dá outras providências.).

Art. 1º Esta lei estabelece o sistema e as condições que regulam as promoções de praças em serviço ativo na Polícia Militar de Pernambuco, de forma seletiva, gradual e sucessiva.

Art. 2º A promoção é o ato administrativo que, em atendimento às necessidades da Corporação, visa o preenchimento das vagas existentes nas diversas graduações estabelecidas no quadro de organização do efetivo de pessoal, nos termos da Lei.

Art. 3º A promoção de praça ao grau hierárquico superior será efetivada, obedecendo a um planejamento que assegure um fluxo regular e equilibrado, para a carreira dos graduados, de acordo com o que preceitua esta Lei.

Art. 4º O processo de promoção de praças será iniciado, automaticamente, sempre que surgirem vagas nas graduações de Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente PM, observando-se os requisitos constantes desta Lei e o cronograma previsto em seu Anexo C.

(...)

Art. 16. São condições imprescindíveis para promoção à graduação superior por antiguidade:

I - ter concluído, com aproveitamento, até a data prevista para encerramento das alterações, o curso que o habilita ao desempenho dos cargos e funções próprios da graduação superior;

II - ter completado até a data da promoção, os seguintes requisitos:

a) interstício mínimo:

1. Primeiro-Sargento: 10 (dez) anos de efetivo serviço, 02 (dois) dos quais na graduação;

2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos na graduação;

3. Terceiro Sargento PM: 04 (quatro) anos na graduação;

4. Cabo: 15 anos de efetivo serviço;

5. Soldado: 10 anos de efetivo serviço.

b) Serviço arregimentado:

1. Primeiro-Sargento: 01 (um) ano;

2. Segundo-Sargento: 02 (dois) anos;

3. Terceiro-Sargento: 04 (quatro) anos;

III - estar classificado, no mínimo, no comportamento "bom";

IV - ter sido submetido à inspeção de saúde para fins de promoção;

V - ter sido incluído no Quadro de Acesso (QA) de sua respectiva qualificação. */(...)."

Da literalidade das normas supratranscritas, infere-se que a lei em comento diz respeito à promoção de praças da Polícia Militar que estejam na ativa. Assim, para que seja concedida a promoção, além da antiguidade, outros requisitos são considerados necessários à promoção, por exemplo, o nível de escolaridade dos candidatos e as condecorações recebidas em razão das atividades militares.

É de se ver, pois, que não merece reforma a sentença recorrida, porquanto à luz do art. 16, e incisos I, II, III, IV e V da Lei nº 12.344/03, não bastava aos autores, o interstício mínimo de 20 anos para a obtenção da almejada promoção por antiguidade, mas também os outros requisitos.



222
d

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

Também o argumento de ausência de cursos regulares para esta finalidade não ter sido disponibilizado pela Administração Pública não gera o dever da promoção, porque também há outros elementos a serem preenchidos.

O acolhimento do pleito dos apelantes não tem razão de ser, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia, porque estão requerendo promoção sem preencher requisitos a todos os militares impostos.

Esta Relatoria já teve a oportunidade de decidir nesse mesmo sentido, quando da apreciação do Reexame Necessário e Apelação Cível 226987-6 e Apelação nº 284452-8. O mesmo aconteceu com o julgamento de outros casos por este Tribunal de Justiça, vejamos:

RECURSO DE AGRAVO. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO «MILITAR». «PROMOÇÃO» POR ANTIGÜIDADE. LEI Nº 12.344/2003. NÃO CABIMENTO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Pretendem os ora agravantes a «promoção» para o grau hierárquico imediato ao ocupado na ativa ou àquele em que foram transferidos para a reserva e/ou reformados, nos termos do art. 16, da Lei Estadual nº 12.344/2003. 2. O fundamento do pedido é a alegada permanência dos agravantes por mais de 10 (dez) anos no mesmo posto ou graduação hierárquica. 3. A esse respeito, observa-se que a Lei nº 12.344/2003 trata da «promoção» por antigüidade no serviço ativo e prevê o preenchimento cumulativo de pelo menos cinco condições para tal desiderato: (i) conclusão com aproveitamento do respectivo «curso» de formação; (ii) interstício mínimo; (iii) classificação, no mínimo, no comportamento bom; (iv) submissão à inspeção de saúde; e (v) inclusão em quadro de acesso. 4. Ou seja, nem em tese se pode cogitar de que os agravantes, a partir do cômputo exclusivo dos seus tempos de serviço ativo, teriam direito à «promoção» por antigüidade, quando de suas transferências para a inatividade. 5. Isto significa que a tese autoral, mesmo considerada no plano exclusivamente de direito, é insuscetível de conduzir à procedência da ação. 6. Recurso» de agravo improvido.

(TJPE – Agravo [207771-6/01], Relator: Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Órgão Julgador: 8ª Câmara Cível, data do julgamento: 27/05/2010)

Recurso de agravo na apelação cível nº 320074-2 - Comarca do Recife
Agravantes: Magidiel Gomes de Brito e outros.

Agravado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR PÚBLICO MILITAR. PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE. LEI Nº 12.344/2003. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS LEGAIS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A promoção pretendida por antigüidade não se dá de forma automática, exigindo para tanto, condições básicas a serem preenchidas pelos postulantes e, mesmo com o preenchimento dessas condições, a promoção se dará na medida em que houver vagas disponíveis. 2. A Lei nº 12.344/2003 trata da promoção por antigüidade no serviço ativo e prevê o preenchimento cumulativo de pelo menos cinco condições para tal desiderato: (i) conclusão com aproveitamento do respectivo curso de formação; (ii) interstício mínimo; (iii) classificação, no mínimo, no comportamento bom; (iv) submissão à inspeção de saúde; e (v) inclusão em quadro de acesso, como não configurado na hipótese dos autos. 3. Para a Administração Pública não gera o dever da promoção pretendida, haja vista a necessidade de outros elementos a serem preenchidos pelos recorrentes, com a consequente inobservância do contido no art. 333, I, do CPC. 4. Recurso de agravo unanimemente improvido.

ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do recurso de agravo na apelação cível nº 320074-2, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data, e à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos da ementa supra, do voto



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

17

e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado. P.R.J. Recife, 24 de abril de 2014 -Des. Ricardo Paes Barreto - Presidente e relator

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL N. 0030627-87.2010.8.17.0001 (0279126-0)

RECORRENTE: João Jenedy Pessoa de Oliveira e Outros

Advogada: Elizabeth de Carvalho PE017009D

RECORRIDO: Estado de Pernambuco

Procuradora: Renata Cristina Pinon de Medeiros Zoby

RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Junior

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. PLEITO DE REFORMA DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO A APELAÇÃO. CURSO DE FORMAÇÃO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. DIREITO SUBJETIVO A PROMOÇÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

- Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa de lavra desta relatoria, exarada nos autos da Apelação nº 0279126-0, que negou seguimento ao recurso (fls. 229/230).

- O agravante, nas razões recursais, busca, em síntese, rediscutir toda a matéria trazida no recurso de apelação.

- Dessa forma, tenho como inconsistentes os argumentos empreendidos pelo recorrente no presente recurso de agravo. Atente-se que o mesmo não trouxe qualquer elemento novo capaz de ensejar nova discussão a respeito do tema.

- Não assiste razão ao recorrente, haja vista que a promoção dos policiais militares de Pernambuco apenas pode ocorrer quando preenchidos os requisitos da Lei Complementar 134/08. O integrante dos quadros da polícia militar não possui direito subjetivo à promoção automática em razão do tempo de corporação, mas sim a participar e figurar na lista de convocados do curso de formação respeitado a ordem de antiguidade e o número de vagas disponibilizadas pela administração.

- Ademais deve ser ressaltado que os apelantes não comprovaram que, de fato, faziam jus a integrarem o curso de formação como aduziram. Limitaram-se a apresentar uma média do tempo de serviço de todos eles, sem comprovar efetivamente o tempo de corporação de cada policial e algum desrespeito na ordem de antiguidade.

- A inexistência de fato novo capaz de suplantar a decisão transcritória vergastada que negou seguimento a apelação, implica, inexoravelmente, no improvimento do recurso.

- À unanimidade de votos, foi negado provimento ao Recurso de Agravo.

Dessa sorte, com respaldo nos precedentes do TJPE sobre o tema, bem como não tendo as argumentações dos agravantes infirmado os fundamentos da decisão terminativa proferida monocraticamente, voto pelo **conhecimento e não provimento** dos recursos de agravo interpostos.

Recife, 22 de maio de 2014

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator